

BEACHROCKS DE JACONÉ: UM GEOSSÍTIO NO CAMINHO DE UM MEGAEMPREENHIMENTO PORTUÁRIO

¹Ramos, R.R.C.; ²Mansur, K.L.

¹UFRJ - Museu Nacional; ²UFRJ - Instituto de Geociências

RESUMO: No dia 9 de abril de 1832, Charles Darwin em sua viagem pelo interior do Rio de Janeiro, ao passar pela praia de “Manatiba” (Mandetiba) descreveu em sua caderneta um fragmento de arenito com conchas. Foi a primeira descrição de uma rocha de praia em território fluminense. As rochas de praia ocorrem por mais de 1 km na orla dos municípios de Maricá e Saquarema, formando um antigo cordão de praia, cuja datação ao radiocarbono de concha de molusco obteve idade em torno de 8.000 anos. A partir de 2010 surgiram notícias da construção de um megaempreendimento portuário na praia de Jaconé (Maricá), com investimentos de 5,5 bilhões de reais, e que ocuparia a área marinha adjacente à Ponta Negra até a base da Serra de Jaconé. Como no Plano Diretor de Maricá essa área era protegida, a Câmara de Vereadores e a Prefeitura, em outubro/2013, alteraram a categoria de zoneamento para “Área Especial de Interesse Urbanístico e Econômico, voltada para atividades de logística, portuária e industrial”. Liberada a área, o EIA-RIMA do empreendimento é apresentado ao INEA em dezembro/2013. A partir daí diversas ações se sucederam e produziram uma situação de impasse para o empreendimento, cuja cronologia é apresentada a seguir: em 30/03/15, foi aberto pelo INEPAC processo de tombamento estadual do geossítio, sendo aprovado por várias instâncias (INEA e assessoria jurídica da SEDEIS), mas arquivado no dia 21/07/15 a pedido da Casa Civil do governo do Estado. Em julho/2015, o INEA emitiu a Licença Prévia para os Terminais de Ponta Negra (TPN). Em 03/08/15, os autores atendendo ao GAEMA/MPRJ, elaboraram o parecer técnico “Relevância Geológica, Histórica e Cultural do Geossítio *Beachrocks de Darwin*”. No dia 02/09/15, atendendo à consulta do GAEMA/MPRJ, o DRM-RJ considerou que a implantação do TPN acarretaria perda e descaracterização deste patrimônio geológico. No dia 27/10/15, MPRJ e MPF abriram Ação Civil Pública para a proteção do patrimônio representado pelas rochas de praia. No dia 17/11/15, o MPF intimou os governos Federal, Estadual e Municipal a se absterem de praticar qualquer ato venha a destruir, suprimir ou descaracterizar o geossítio. No dia 10/05/16, o TRF-2 manteve a intimação do MPF. Em dezembro desse ano, a empresa Arcadis (SP), contratada pelo empreendedor, apresentou relatório delimitando os *beachrocks* e afirmando que apenas 4% destes seriam impactados. No dia 15/12/16, o DRM-RJ emitiu parecer oposto aquele de setembro/2015, afirmando que “não considera os *beachrocks* sítios de relevante valor que justifiquem o tombamento de toda a área proposta, inviabilizando qualquer atividade a ser instalada”. Em 18/01/17, os autores emitem o parecer crítico às conclusões do DRM-RJ e da Arcadis, concluindo que mais de 80% das rochas de praia seriam impactadas. A 05/05/17, o DRM-RJ encaminhou à CECA o parecer “Considerações Técnicas do DRM-RJ sobre o *Beachrock* de Jaconé”, crítico aos pareceres anteriores emitidos pelos autores. A 16/05/17, o TRF-2 novamente mantém a decisão de não autorizar o licenciamento ambiental. Em 21/08/17, os autores emitiram outro parecer, onde destacam a importância das rochas de praia como patrimônio geológico a ser preservado, e argumentam sobre o trajeto feito por Darwin entre 8 e 10 de abril de 1832, passando pela praia de Jaconé. Um geossítio pode assumir proporções inimagináveis à luz da legislação ambiental e patrimonial. A figura de Darwin, o conceito de rocha como patrimônio, a importância de uma proposta de geoparque e discussões sobre o que é desenvolvimento sustentável fazem parte dos pareceres e discussões presentes nos tribunais, num caso que se arrasta há quase cinco anos. O fato é que um geossítio se interpôs entre um megaempreendimento, com altos interesses econômicos e políticos, e a proteção ambiental de uma área rica em geo e biodiversidade. A postura do Ministério Público e a vigilância de ambientalistas, moradores e pesquisadores é a chave deste embate.

PALAVRAS-CHAVE: CHARLES DARWIN, PATRIMÔNIO GEOLÓGICO, MINISTÉRIO PÚBLICO.